

EDITAL

DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA REUNIÃO DE CÂMARA DE 22/04/2019

José Rodrigues Paredes, Presidente da Câmara Municipal de Alijó, nos termos e para efeitos do disposto do número 1 no artigo 56.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, torna públicas as deliberações aprovadas pelo Executivo Municipal na reunião de Câmara ordinária de 22/04/2019.

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ponto 1.1 - Aprovação da Ata_8_2019 de 11-04-2019.

Deliberação: aprovada por unanimidade.

2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ponto 2.1 – Presente o resumo do diário da tesouraria referente ao dia 2019/04/15, apresentando um total de disponibilidades de 4.634.288,84€, sendo 3.644.952,95€ de dotações orçamentais e 989.335,89 € de dotações não orçamentais, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Tomado conhecimento.

Ponto 2.2 – Presente informação n.º 2019/324 relatório de análise económico-financeira e execução orçamental – 2.º semestre de 2018 - remetido pelo auditor externo, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: tomado conhecimento. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal para apreciação e tomar conhecimento, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09.

Ponto 2.3 – Presente informação n.º 2019/333 informando da necessidade de efetuar a 12.ª modificação aos DP2019, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a 12.ª modificação aos DP2019, conforme proposta apresentada.

Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09.

Ponto 2.4 – Presente informação n.º 2019/323 apresentando a Conta de Gerência referente ao ano económico de 2018, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovados, por maioria com os votos contra dos Vereadores Miguel Rodrigues (PS) e Luís Azevedo (PS), os documentos de prestação de contas elencados no Anexo I da Resolução n.º 04/2001 – 2ª Secção do Tribunal de Contas que se encontram integralmente elaborados e arquivados, estando disponíveis para consulta quando tal for solicitado.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal para apreciação e votação, nos termos da alínea l) do n.º2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os Vereadores Miguel Rodrigues (PS) e Luís Azevedo (PS) apresentaram a seguinte declaração de voto:

“O ano de 2018, ao qual respeita esta Conta de Gerência, foi o primeiro ano completo do atual mandato autárquico, iniciado em outubro de 2017.

O exercício do ano passado, agora em análise, permite já perceber quais as orientações e prioridades da atual maioria camarária PSD-CDS e as suas linhas de atuação que no corrente ano de 2019 se têm vindo a acentuar.

Uma marca característica da atual governação concelhia, é a preponderância das despesas correntes da autarquia face às despesas de capital.

Essa tendência foi-se consolidando no decurso do ano de 2018, sendo confirmada pelas taxas de execução das despesas: as despesas correntes registaram uma taxa de execução de 87%, enquanto as despesas de capital ficaram-se pelos 48%.

Isto significa que subiu o peso dos gastos do Município consigo próprio, em detrimento do investimento. Subiram, designadamente, as despesas com pessoal, publicidade, pareceres, consultadoria, entre outras.

Ao mesmo tempo, o plano plurianual de investimentos registou uma muito baixa taxa de execução, de apenas 36%.

Este rumo não pode merecer a nossa concordância, comprometendo o desenvolvimento do concelho de Alijó.

Uma referência especial, do lado das despesas correntes, às despesas com pessoal, sendo já evidente nesta data o descontrolo que se verifica em matéria de empregos nesta Câmara Municipal.

Como temos defendido, é importante a criação de postos de trabalho na autarquia, mas com critério, peso e medida, após correta inventariação das necessidades do Município e assegurando a sua sustentabilidade financeira futura. Mas não é isso que se tem verificado, com dezenas de postos a serem preenchidos no quadro de pessoal, muitos deles por conveniências pessoais e partidárias, convertendo a Câmara de Alijó numa mera agência de empregos e sem que se sintam melhorias no funcionamento dos serviços camarários.

Claro que este aumento nas despesas municipais com pessoal, representa um aumento permanente na estrutura de custos do Município. No ano de 2018 foram mais de 30 empregos, mas o seu impacto ainda não se fez então sentir na plenitude, uma vez que as admissões aconteceram nos últimos meses do ano. Ainda assim, as despesas com pessoal, no ano passado, aumentaram mais de 200 mil euros.

Entretanto, nos primeiros meses de 2019, foram já quase mais duas dezenas de empregos, sendo que no decurso deste ano se farão sentir os verdadeiros impactos financeiros desta atual política (o orçamento municipal de 2019 prevê que as despesas com pessoal neste ano ascendam aos 3 milhões e 600 mil euros).

Do lado das despesas de capital, onde estão os investimentos, é grande a desolação no ano de 2018, que foi tempo perdido em relação a projetos estruturantes, capazes de catapultar este concelho para um outro patamar de desenvolvimento.

O caso mais gritante é o do Pinhão, sendo evidente a incapacidade desta Câmara de levar por diante a obra de reabilitação na Rua António Manuel Saraiva. Neste momento não há projeto, nem financiamento, quanto mais obra no terreno. Foram sucessivas as promessas feitas pelo Presidente da Câmara, mas nunca cumpridas, não passando de palavras vazias destinadas a iludir a população. Esta

incapacidade demonstrada faz-nos olhar com muita preocupação para este que deveria ser um designio concelhio.

Encontramos outro exemplo da inação desta atual maioria camarária no caso do EcoMuseu de Santa Eugénia que, por má vontade política, mantém fechado este equipamento que deveria estar já a ser utilizado como pólo dinamizador da preservação e valorização da cultura local.

Em 2013, o EcoMuseu de Santa Eugénia estava já executado a 80% e com um esforço da Junta de Freguesia no limite da sua capacidade financeira. Mas desde então não mais avançou, tendo o anterior executivo camarário do PSD, e o atual em coligação com o CDS, revelado total desinteresse por este equipamento que deveria há muito ter recebido um apoio extraordinário do Município e estar já nesta data em pleno funcionamento. Falta executar 20% do investimento, compreendendo a colocação de um elevador para deficientes, a conclusão da instalação elétrica e outros acabamentos, tratando-se de uma verba de poucas dezenas de milhares de euros. É incompreensível.

Para além das muitas intervenções que são urgentes na rede viária municipal e outras infraestruturas e que continuam por efetuar. Vejam-se por exemplo os dados recentemente divulgados e que mostram que em 2018, as perdas de água na rede de abastecimento em Alijó ultrapassaram os 50%. Sem que nada seja feito para resolver este problema.

Também do lado das receitas, fica evidente a dicotomia entre as correntes e de capital, com as primeiras e registarem uma execução de 99% e as receitas de capital de apenas 36%. É nestas últimas que estão os fundos comunitários que, como se comprova, continuam a passar ao lado do concelho de Alijó.

O ano de 2018 foi ainda marcado por uma relação confusa da Câmara Municipal com as Freguesias, com o fim da delegação de competências do Município, numa decisão que teve a nossa firme oposição e que não tem paralelo na generalidade dos municípios do País.

Também teve a nossa frontal discordância a insistência do Presidente da Câmara na colocação de funcionários camarários nas Juntas de Freguesia, recusados por várias destas, numa tentativa, não de auxiliar as freguesias nas suas competências, mas sim de as controlar. Um processo, mais um, confuso e que continua ziguezagueante.

A relação com o movimento associativo também merece reparos, com uma clara distinção no tratamento dado pela Câmara Municipal às várias Associações, tratando uns como filhos, outros como enteados, em procedimentos pouco transparentes.

Da nossa parte, enquanto oposição camarária, existiu em 2018 uma atitude sempre construtiva, manifestada no apoio a medidas que incluíram, inclusive, o programa eleitoral do PS Alijó, como os apoios na compra de livros escolares, a gratuitidade dos transportes escolares alargada ao ensino secundário, atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, implementação do Conselho Municipal da Educação, instalação da Comissão Municipal de Proteção do Idoso, entre várias outras.

A verdade é que, para além do show off camarário a que assistimos em vários (e caros) eventos realizados no ano passado, pouco mais ficou da governação camarária em 2018, continuando a faltar a mais elementar visão estratégica que se possa traduzir em desenvolvimento económico e social, como única via para inverter a perda e envelhecimento da nossa população.

O nosso voto contra traduz a nossa apreciação negativa quanto à governação concelhia no ano de 2018.”

O Executivo Permanente apresentou a seguinte declaração de voto:

“O Relatório e Contas espelha as atividades mais relevantes da execução orçamental do ano de 2018. Tal como aconteceu em 2017, aumentámos o património municipal, investimos e fomos eficazes na gestão, acautelado, sempre, os superiores interesses do Município para que as gerações que nos hão-de suceder possam, também, ter futuro no nosso Concelho.

À semelhança do ano de 2017, as pessoas, de um modo especial as mais carenciadas, ocupam um lugar cimeiro nas preocupações do Executivo Municipal criando, paulatinamente, um Município mais inclusivo e igual para todos.

Também a valorização da cultura, nas suas mais variadas vertentes, e da atividade desportiva, principalmente as atividades vocacionadas para os mais jovens, foram reforçadas.

Preparámos uma panóplia de projetos que, a médio prazo, serão investimentos estratégicos que alavancarão elevados padrões de qualidade de vida para os residentes e fomentarão a atratividade do Município.

A receita orçamental arrecadada situou-se em 10.737.130,13 milhões de euros. A despesa orçamental situou-se nos 10.787.214,58 milhões de euros, resultando num saldo orçamental para a gerência de 2019 de cerca de 3,1 milhões de euros.

O princípio do equilíbrio corrente, previsto na Lei das Finanças Locais, ou seja, as receitas correntes devem cobrir a totalidade das despesas correntes e a amortização média dos empréstimos contratualizados, foi respeitado.

A poupança corrente fixou-se em 2,3 milhões de euros, tendo o Município recorrido a receitas correntes para financiar despesas de investimento, o que é um bom indicador de gestão.

Analisando os vários capítulos da receita, constata-se um aumento ao nível dos impostos diretos, nomeadamente o IUC e IMT.

O município tem as suas contas equilibradas e não há incumprimentos.

Na gerência de 2018, não há dívidas a mais de 90 dias, temos equilíbrio orçamental, fundos disponíveis positivos, o que nos permite continuar a planear e executar novos investimentos.

Não temos dívidas a empreiteiros, e as dívidas a fornecedores que se relatam no balanço dizem respeito a despesas correntes, despesas de funcionamento incorridas no último mês de ano.

Realçamos os encargos com a dívida, nomeadamente os juros, onde tivemos um decréscimo de mais de 25%.

Em síntese, os resultados das contas do Município são francamente bons, o que veio a dar um resultado líquido do exercício positivo superior a 1,8 milhões de euros.

Em territórios de baixa densidade, como é o nosso caso, as adversidades acontecem todos os dias, resultantes de uma conjuntura específica: vivemos no interior norte do País. Todavia, com muita determinação, trabalho, planeamento estratégico e criatividade estamos a construir um futuro sustentado e sustentável com o envolvimento de todos e para todos.”

3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – GESTÃO ORGANIZACIONAL

Ponto 3.1 – Pedido de emissão de parecer sobre a constituição de compropriedade de três prédios rústicos, denominados “Ceba” inscrito na matriz com o número 5025, “Fontainhas” inscrito na matriz com o número 5434, “Gricha” inscrito na matriz com o número 6447, todos da União de Freguesias de Carlão e Amieiro, em requerimento apresentado por Helena de Lurdes Magalhães. Contém parecer jurídico n.º 11/2019, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos do parecer jurídico e documentação anexa.

4 UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Ponto 4.1 – Presente informação n.º 2019/336 Centro de Recolha Oficial – CRO, informando da necessidade de reconhecer o interesse municipal na construção do mesmo, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, reconhecer interesse municipal na construção do Centro de Recolha Animal, no âmbito do n.º 11 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28/06, na sua atual redação. Mais se delibera a submissão do presente processo para apreciação e parecer vinculativo da Comissão Municipal da Defesa da Floresta, nos termos do art.º 16.º do citado diploma legal.

5 UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

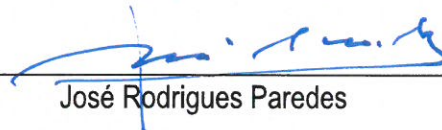
Ponto 5.1 - Presente informação n.º 2019/328 parecer relativo à Prova Maratona 500 Milhas ACP, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, emitir parecer favorável à Prova Maratona 500 Milhas ACP, nos termos solicitados.

Para constar se lavrou o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

Paços do Município de Alijó, 23 de abril de 2019

O Presidente da Câmara



José Rodrigues Paredes